

Diminuir as despesas militares e impulsionar o desenvolvimento humano: argumentos contidos nos relatórios publicados entre 2006 e 2014 do PNUD/ONU

Maria José de Rezende

Universidade Estadual de Londrina, Brasil

 <https://orcid.org/0000-0002-3426-910X>

mjderezende@gmail.com

Introdução

Ao buscarem-se, nos Relatórios do Desenvolvimento Humano (RDHs) divulgados, anualmente, desde 1990 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), os argumentos em favor da contenção dos gastos militares, foram encontradas muitas ambiguidades, hesitações e dúvidas relacionadas à possibilidade de que isso possa ocorrer nos próximos anos.

Havendo já sido trabalhado com os relatórios da década de 1990 e com os seis primeiros do século XXI sobre a temática da redução das despesas militares, neste momento, as investigações darão maior peso

aos relatórios editados a partir de 2006 e que se dedicam, com maior ênfase, a construir argumentos favoráveis tanto à redução da quantidade dos recursos direcionados às áreas militares quanto ao direcionamento das verbas economizadas com a diminuição das “despesas do Ministério da Defesa e outros departamentos no recrutamento e formação do pessoal militar” (PNUD/RDH, 2001, p. 254) para as áreas (educação, saúde, moradia, saneamento básico) que impulsionam o desenvolvimento humano.

Assinale-se que o debate sobre desenvolvimento humano é extenso nas Ciências Sociais (Ul Haq; Sen, 2006; 2010; 2011; Furtado, 1999; 2002; Therborn, 2001; Giddens, 2007; Nussbaum e Sen, 1993) e tem influenciado muitos debates políticos e propostas como a dos RDHs, os quais têm, segundo Fukuda-Parr (2002), como moldura a abordagem das capacidades desenvolvidas por Amartya Sen¹, que assegura

“A expansão dos serviços de saúde, educação, seguridade social etc. contribui diretamente para a qualidade da vida e seu florescimento. Há evidências até de que, mesmo com renda relativamente baixa, um país que garante serviços de saúde e educação a todos pode efetivamente obter resultados notáveis da duração e qualidade da vida de toda a população. [...] As recompensas do desenvolvimento humano [...] vão muito além da melhora direta da qualidade de vida” (Sen, 2010, p. 191).

Os diagnósticos e prognósticos sobre as possibilidades de atrelar o desenvolvimento humano à diminuição das despesas militares serão lidos à luz do livro *A condição humana* (1991), de Norbert Elias, no qual consta que a expansão das despesas militares, da belicosidade

1. “A perspectiva da capacidade aponta para a relevância central da desigualdade de capacidades na avaliação das disparidades sociais, mas não propõe, por si mesma, uma fórmula específica para as decisões sobre políticas” (Sen, 2011, p. 266) que devam ser implantadas.

e da corrida armamentista não se explica somente por razões² racionais³, uma vez que existem muitas irracionalidades⁴ que orientam não somente as ações e os procedimentos dos detentores do poder de mando e de decisão, mas também as atitudes de muitos grupos populacionais que enxergam como adequada a militarização crescente e o aumento dos gastos militares.

Em *A condição humana* (1991), Norbert Elias destaca o papel das irracionalidades no processo de legitimação de governos e práticas autoritárias, destrutivas e belicosas. Há segmentos sociais que, por motivações racionais e irracionais, são apoiadores dos processos de ampliação do poderio militar que garante a projeção de muitos países, no âmbito internacional, pelo potencial de violência que ostentam.

Quanto mais armados, até mesmo de aparatos nucleares, mais esses países teriam o potencial⁵ de impor suas decisões no cenário mun-

2. Há diversos estudos acerca desses elementos e seus efeitos econômicos e políticos. Ver: (Mills, 1981; Sweezy e Baran, 1966; Sweezy, 1973; Herrera, 2006; Lins e Wacquant, 2003; Dagnino, 2008; Dagnino e Campos, 2006; Soares e Mathias, 2002; Szymanski, 1973).

3. As razões racionais podem ser entendidas como razões objetivas capazes de orientar um país para que escolha, de modo calculado, investir o montante x ou y em armas, programas nucleares, pesquisas científicas relacionadas à indústria bélica, em ajudas estratégicas a países que têm algum papel na manutenção de certos interesses possivelmente militares, econômicos e políticos, entre outras razões.

4. Razões irracionais, tais como: desejos de se sobrepor a todos os outros povos e grupos sociais, sentimentos de superioridade étnico-racial e cultural, medos infundados de populações inteiras, expectativas de ter preponderância sobre grupos e países em recursos e poder, perspectivas de construir espaços territoriais inalcançáveis a alguns grupos sociais, receios de perder posição de mando e de decisão nas políticas internacionais, sentimento de que os países ricos estariam perdendo as suas posições de poder, bem como a capacidade de controle da violência)

5. Não é possível, neste artigo, entrar no debate sobre as diversas formas de emprego da noção de potência. Tão pouco é possível dialogar com os teóricos, conforme fez Devin (2009), que lançam mão de tal noção para caracterizar ora as capacidades operacionais dos Estados, ora as relações de forças entre nações e os seus recursos de poder. Este artigo não tem como entrar também no debate sobre a diferença entre poder real e poder potencial. Sobre isso, ver: (Devin, 2009).

dial⁶. Tal potencialidade de poder e de domínio tem força, muitas vezes, para angariar apoio de camadas populacionais expressivas. Tal apoio, diz Elias, não se explica somente por motivos racionais, mas também por sentimentos infundados de medo, por fantasias coletivas de superioridade e de pertencimento a grupos distintos e preponderantes.

Tendo-se como referência essa (1991) e outras obras de Elias (1994; 1994a; 1998; 1999) pode-se dizer que os formuladores dos RDHs fazem as suas prescrições a partir da pressuposição de que a redução dos gastos militares pode ser perseguida, pelos diversos países, em razão, segundo eles, de uma obviedade que salta aos olhos: a necessidade de conter as despesas bélicas e investir os recursos economizados em políticas que levem ao desenvolvimento humano. Eles entendem que deve ser tomada uma decisão com base em cálculos racionais.

O mundo todo ganharia com o combate à pobreza, à miserabilidade e aos entraves que obstam ao não-acesso à saúde, à educação, combate que deveria ser travado em todas as partes do planeta. Ao pensar o mundo como um todo integrado, os autores e encampadores dos RDHs clamam contra os muitos gastos em armamentos para guerras e belicosidades de modo geral, e o muito pouco em políticas capazes de levar ao desenvolvimento humano.

O objeto deste estudo são as narrativas e os argumentos prescritivos de práticas, ações e procedimentos, constantes nos RDHs publi-

6. O físico Marcelo Gleiser (2016, p. 3) afirma que são vários os países (EUA, Rússia, Grã-Bretanha, França, China, Israel, Índia e Paquistão) que, certamente, possuem, hoje, armamentos nucleares. Ele diz que isso está envolto em muitos segredos, mas é grande, na atualidade, o risco de explosão de guerras em que se poderiam utilizar armas nucleares com potenciais destruidores imensos. Seria ilusão supor que a era dos confrontos nucleares teria ficado para trás, definitivamente, com o fim da guerra fria.

cados entre 2006 e 2013, que versam sobre a possibilidade de que sejam tomadas decisões, decididamente calculadas, em favor do desenvolvimento humano. São construções argumentativas que põem em evidência (im)possibilidades de uma outra forma de organização da humanidade.

Os formuladores dos RDHs (2001; 2002; 2005), ao proporem a diminuição dos gastos militares estão semeando expectativas de que novos caminhos sejam abertos para frear a corrida armamentista, o que parece a eles possível, desde 1990, com o fim da guerra fria. Seriam, então, propostas de ações e de procedimentos que poderão ser levadas a cabo com o esforço coletivo dos vários Estados.⁷

Este artigo pretende verificar os tipos de argumentos e o modo como eles se desdobram em sugestões de ações e de procedimentos diversos quando se têm em conta as especificidades dos diversos países e regiões do mundo. Parte-se da hipótese de que algumas prescrições ganham maior visibilidade por meio das sugestões que visam alcançar decisões racionalmente voltadas para a contenção das despesas militares e para a ampliação das chances de que o desenvolvimento humano possa ser expandido. Outras se mostram mais acanhadas e títu-beantes e se baseiam na constatação de que é difícilimo que ocorram reduções expressivas das despesas militares. Ao examinarem-se os documentos, parte-se da constatação de que os argumentos contidos nos RDHs *não* contemplam os elementos irracionais (medos, fantasias, de-

7. O Instituto Internacional de Estudos para a Paz (SIPRI), sediado na Suécia, publicou, no livro intitulado *SIPRI Yearbook: armaments, disarmament and international security* (2015), muitos dados sobre as despesas militares no mundo, hoje . O capítulo 9, o qual trata especificamente de tais gastos, mostra que, em muitas partes do mundo (Oriente Médio, África, Europa Oriental), os dispêndios militares cresceram e/ou permaneceram idênticos em razão das guerras, conflitos internos e violências diversas. No cômputo geral, no ano de 2014, os gastos militares diminuíram 0,4% em relação ao ano de 2013.

sejos) infundados, ou não, que jogam também um papel relevante na constituição de dificuldades de expansão, contínua e duradoura, dos processos políticos de frenagem dos gastos militares.

Em síntese, o problema de pesquisa pode ser posto da seguinte forma: De que maneira as *narrativas e os argumentos* estão orientados, nos RDHs, a ponto de serem capazes de destacar as possibilidades e as dificuldades de mobilizar decisões, racionalmente acordadas entre Estados e organismos internacionais, favoráveis à contenção dos gastos militares?

Este artigo faz parte de uma pesquisa documental mais ampla que tem como fonte os Relatórios do Desenvolvimento Humano (RDHs) encomendados e editados, anualmente, desde 1990. Como toda pesquisa documental que abarca materiais extensos, neste trabalho, especificamente, foi selecionada somente uma parte dos relatórios. Ou seja, aqueles que foram divulgados entre 2006 e 2014. Por que este recorte? Esclarece-se: ao iniciar a pesquisa acerca das sugestões das Nações Unidas, sistematizadas no seio desses documentos do PNUD, para diminuição das despesas militares, constatou-se que era impossível, em um único artigo, cobrir todo período de 1990 a 2015, o que se deve ao volume de dados e informações que orientam os diagnósticos e prognósticos presentes nesses relatórios. Os RDHs foram, então, divididos em três blocos: os da década de 1990, os da primeira metade da década de 2000 e os referentes ao período de 2006 a 2014.

O procedimento metodológico assenta-se num tipo de abordagem externalista⁸ e internalista⁹ (Medina, 1982; Pontes, 1996) ao mesmo

8. Teórico-metodologicamente “el objetivo de la historia y la sociología de las ciencias externalistas estribaría en relacionar esos contextos cognitivos, tan estrechamente como se pueda, a las circunstancias culturales y materiales dentro de las cuales se desarrollan” (Medina, 1982, p. 63).

9. Do ponto de vista epistemológico, pode-se dizer que “El internalismo asume que los procesos de producción y validación del conocimiento están libres de influ-

tempo¹⁰, mas com ênfase maior, no que diz respeito aos procedimentos analíticos, às razões externas e aos jogos configuracionais (Elias, 1994; 1994^a; 1994b) que orientam tanto os diagnósticos quanto as prescrições presentes nos RDHs. Os documentos pesquisados são analisados com o intuito de desvendar as estratégias argumentativas que se convertem em estratégias políticas e, nesse caso, faz-se necessário transitar dos aspectos internos (as narrativas, as visões de mundo, os símbolos, as crenças, os valores, as ideologias), que constituem o texto, para os aspectos externos, ou seja, os embates políticos, sociais e econômicos que orientam a feitura de conexões entre a expansão do desenvolvimento humano e a diminuição das despesas militares.

Parte-se do pressuposto de que a compreensão das razões externas passa pelo desvendamento dos jogos configuracionais entre Estados, organismos internacionais, organizações da sociedade civil (especialmente as que se ocupam das questões relacionadas com a contenção de despesas militares, armamentos e belicosidades de modo geral).

Enquanto procedimento metodológico, a análise documental¹¹ não tem como se esquivar da análise textual, daí a relevância da constituição das narrativas que estão presentes nos relatórios. “A linguagem ocupa um papel central. [...] E [ela é] situada. [...] Tudo o que é dito, é dito para alguém em algum lugar” (Melucci, 2005, p. 33) e em algum momento histórico. Portanto, entender o que é dito, de que forma é dito – ou seja, todas as estratégias narrativas – é realizar uma aná-

ências externas, y su estudio compete únicamente a la historia de las ideas y a la filosofía de la ciencia” (Medina, 1982, p. 55).

10. Esteban Medina (1982) faz uma ampla discussão sobre as flexibilidades teórico-metodológicas que tornam possíveis a junção das abordagens internalistas e externalistas. Há também inúmeras recusas e rechaçamentos de tais combinações.

11. Tim May (2004) e André Cellard (2012) têm demonstrado a relevância da pesquisa documental para as Ciências Sociais, bem como os desafios presentes na sua realização.

lise interna ao próprio texto. Constituem-se uma abordagem externa tanto o entendimento das ações dos agentes receptores das mensagens quanto o desvendamento do contexto social e político no qual os argumentos são construídos em vista dos jogos de poder envolvidos nesse processo.

Enfim, os argumentos e as narrativas, presentes nos relatórios, não são tomados como dotados de vida própria (Santibáñez, 2012), muito menos como autônomos. Parte-se do pressuposto teórico-metodológico de que eles têm de ser decifrados à luz do contexto sócio-histórico e dos jogos configuracionais que estão na base de suas formulações. Os RDHs estão situados “em um contexto político e social mais amplo. [...] O que as pessoas [que elaboram e encomendam esses documentos] decidem registrar é informado pelas decisões que, por sua vez, relacionam-se aos ambientes sociais, políticos e econômicos dos quais são parte” (May, 2004, p. 213).

O tipo de material utilizado na construção deste artigo é categorizado como documentos públicos e abertos, seguindo classificação feita por John Scott (1990). São assim ordenados pelo fato de estarem disponíveis para consulta de modo irrestrito. São documentos que lidam com dados qualitativos e quantitativos; todavia, a análise realizada, nesta pesquisa, é de natureza qualitativa, já que pretende compreender e decifrar o significado das práticas sociais e discursivas (May, 2004). São muitas as estratégias políticas envolvidas no ato de planejar e de decidir quais são os argumentos e os dados (quantitativos e qualitativos) que comporão os RDHs. São documentos com o “potencial de informar e estruturar as decisões que as pessoas tomam diariamente e a longo prazo¹² [...]. Eles nos falam das aspirações e intenções [...] e descrevem lugares e relações sociais de uma época”

12. Sobre isso, ver: (Scott, 1990).

(May, 2004, p. 203).

Esclarece-se, então, que este artigo, num primeiro momento, ressaltará a tentativa dos elaboradores dos RDHs para construir um conjunto de argumentos capazes de apelar para os motivos racionais que os Estados, governos, organizações internacionais, entre outros agentes, teriam para apoiar a diminuição das despesas militares e dos conflitos belicosos no mundo, hoje. Por meio de muitos argumentos, eles alertam para a necessidade de investimentos políticos substanciais para dissuadir governantes e Estados de suas crescentes militarizações. Num segundo momento, serão elencadas e discutidas, à luz do contexto social e político atual, as prescrições, contidas nos RDHs de 2006 a 2014, de ações e de procedimentos que teriam o potencial de diminuir os gastos militares. Visa-se apontar, no último item deste artigo, o quanto a ligação entre a diminuição das despesas militares no mundo, hoje, e a expansão dos gastos sociais é, sem sombras de dúvidas, uma das mais espinhosas postas ao *Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento* (PNUD).

Os formuladores dos RDHs e os componentes racionais das dificuldades de contenção das despesas militares?

Com inspiração em Norbert Elias (1991), parte-se do pressuposto de que é muito difícil capturar as dimensões racionais e irracionais das dificuldades de construir uma agenda de políticas internacionais voltadas à disponibilidade para acatar, ainda que minimamente, as prescrições postas nos RDHs sobre a contenção das despesas militares. Suas orientações ressaltam que toda luta por um mundo mais voltado à paz, ao esvaziamento das ameaças, à diminuição dos conflitos, das

guerras, dos aparelhamentos bélicos e das corridas armamentistas irá confrontar-se com tarefas duríssimas.

Isso se deve ao fato de que a tradição militar e bélica, os processos de busca por hegemonia e preponderância política¹³ e os jogos de poder, acoplados a uma férrea luta armamentista (Elias, 1991), têm prevalecido ao longo da história da humanidade e têm-se constituído em nossa condição humana e em nosso destino (Elias, 1991). “As guerras pertencem a uma sólida tradição da humanidade. Estão arraigadas nas suas instituições sociais, assim como no *hábitus* social¹⁴, na imagem coletiva dos homens, mesmo dos que mais amam a paz” (Elias, 1991, p. 14).

Sabendo-se disso pode-se perguntar: Por que os formuladores dos RDHs têm tentado, ao longo de duas décadas, dissuadir os Estados, os governantes, as lideranças políticas de aplicar tantos recursos em despesas militares? De todos os empreendimentos constantes nos RDHs talvez seja este o mais difícil de ser alcançado. Uma coisa é tentar convencer a todos os que têm poder de mando e decisão a investir um pouco mais de recursos em políticas voltadas ao desenvolvimento humano, o que já é muito difícil em várias partes do mundo. Outra é estabelecer ligações entre os exorbitantes recursos direcionados aos gastos militares e os poucos recursos destinados à melhoria da renda,

13. Para Norbert Elias (1991), a hegemonia é um processo de luta constante pela preponderância política e pelo controle do poder, o qual é tomado sempre em correlação com as demais forças políticas, dotadas também estas de potencial e recursos de poder. A Inglaterra foi a força hegemônica preponderante no século XIX, os EUA e a URSS foram as duas forças hegemônicas no século XX. Muitas vezes, as populações desses países que ocupam ou ocuparam posições hegemônicas cultuam sonhos de permanecer em tais condições.

14. Hábitus social em Elias pode ser definido como *ethos* nacional. São valores, desejos e fantasias coletivas que os povos e grupos sociais partilham. É o que se acredita ser em relação aos demais. O hábitus social pode assentar-se tanto na certeza de superioridade que pode ser racial, étnica, cultural, identitária, quanto no sentimento de inferioridade.

da educação, da saúde e da moradia adequada.

Nos argumentos expostos nos RDHs, as narrativas fazem referência às despesas militares: 1) dos países ricos que gastam somas exorbitantes; 2) dos países pobres que não exageram nesses gastos; e 3) dos países que despendem montantes enormes a ponto de consumir quase toda verba pública em favor de projetos de poder dos dirigentes. Nesse caso, os que monopolizam posições de mando e de decisão consomem muitos recursos em guerras e armamentos.

No que se refere às recomendações feitas aos países ricos que despendem altíssimas somas para fins militares, os autores dos relatórios, produzidos após o ano 2000, prescrevem um conjunto (PNUD/RDH, 2002; 2005) de ações e de procedimentos sugerindo-lhes que destinem parte dos recursos direcionados aos programas belicosos para ajudas internacionais que objetivem alcançar as metas postas na *Declaração do Milênio* (2000). Já na década de 1990, os formuladores dos relatórios chamavam a atenção dos governantes dos países ricos para que verificassem o que era feito, pelos governantes e dirigentes de modo geral, com as doações que recebiam. Estas não podiam estar direcionadas somente para os seus aliados estratégicos que faziam, muitas vezes, o que bem entendiam com os recursos externos obtidos.

Doadores deveriam administrar suas ajudas externas e lidar com “problemas políticos profundos” (PNUD/RDH, 1991, p. 33), com a possibilidade de os países receptores destinarem os recursos obtidos de programas de ajuda e de cooperação internacional às guerras internas, à compra de armas, ao pagamento de milícias armadas, entre outras atividades belicosas¹⁵. Isso seria um desperdício de fundos de

15. Há, nas Ciências Sociais, alguns estudos e debates na área de Sociologia Militar que se ocupam da temática das despesas militares e suas implicações no mundo atual. Ver: (Azzellini, 2012; Baltasar, 2000; Brustolin, 2009; Carilho, 2007, Guzzi, 2016).

ajuda, razão por que os países desenvolvidos deveriam estar mais atentos ao destino dado a sua ajuda e recursos. Ou seja, deveriam calcular melhor os efeitos práticos de sua ajuda, de suas doações (PNUD/RDH, 1991).

Os produtores dos RDHs, desde a década de 1990, insistem que as ajudas e cooperações sejam feitas a partir de decisões aquilatadas. Os países doadores deveriam exigir melhor destinação para os seus fundos. E em que consistiriam tais exigências? Que os governantes dos países que recebem fundos, ajudas e doações realizem melhorias nas diversas áreas do desenvolvimento humano. Eles desejam criar um sistema de contrapartidas que pode ser explicado da seguinte maneira: Quanto mais empenhados fossem os líderes governamentais dos países receptores no combate às disparidades econômicas, políticas e educacionais, mais ajudas e cooperações deveriam receber. Diferentemente seriam tratados os governantes dos países pobres que se mostrassem despreocupados com a situação social e interessados somente em utilizar as doações em despesas com armas e guerras.

Em seus cálculos, os produtores do RDH de 1991 buscam demonstrar, matematicamente, os resultados positivos que obteriam os países ricos com a redução dos gastos militares. Lançam percentuais imaginários e fazem contas da economia que disso resultaria e como tais cifras poderiam ser aplicadas nas políticas de desenvolvimento humano dos países mais pobres. Em vários momentos da década de 1990 ficava evidenciada uma tentativa de atestar a racionalidade de seus cálculos, isto é, o que se ganhava com o congelamento e/ou a diminuição dos gastos militares no mundo.

Mas, como já foi dito anteriormente, não é possível supor que, através de uma engenharia social e/ou de uma engenharia política, no que diz respeito à contenção das despesas militares, tudo será resolvido.

O exame das narrativas acerca dessa questão dá, muitas vezes, a impressão de que tudo poderia ser resolvido mostrando-se com clareza aos líderes políticos dos países ricos, doadores, partícipes dos projetos de cooperação internacional, os desperdícios e as negligências no cuidado com o desenvolvimento humano e com os povos mais pobres. Tais esclarecimentos levariam a uma melhor destinação e designação de recursos em favor de metas que têm sido acordadas internacionalmente, como os ODMs (Objetivos do Desenvolvimento do Milênio).

“Cerca de US\$50.000 millones anuales un 2% del PNB de los países en desarrollo podrían asignarse a propósitos más productivos. La mayor parte de esta suma podría obtenerse de la congelación de los gastos militares, que absorben el 5.5% del PNB del mundo en desarrollo. En algunos de los países más pobres, se gasta el doble en asuntos militares que en salud y educación, como es el caso de Angola, Chad, Pakistán, Perú, Siria, Uganda y Zaire” (RDH, 1991, p. 24).

Os formuladores dos relatórios apostam numa posição antibelicosa utópica. O apoio, com recursos financeiros, de países ricos a países pobres está, muitas vezes, associado à manutenção de controles bélicos sobre regiões inteiras. E eles mesmos chamam, nos RDHs da década de 1990, a atenção para o fato de que há países ricos muito preocupados em ajudar financeiramente países que lhes são aliados militarmente ou estrategicamente. Consta no RDH de 1994 essa preocupação, uma vez que “con frecuencia, la ayuda se ha destinado más a los aliados estratégicos que a los países pobres” (PNUD/RDH, 1994, p. 67). Existem alguns dados que mostram o quanto essas ajudas estratégicas prevalecem. “El Salvador recibió de los Estados Unidos 16 veces más ayuda por habitante pobre que Bangladesh” (PNUD/RDH, 1994, p. 84).

Não se deve esquecer que quem formula os relatórios está tentando

gerar um *cópus* de argumentos dirigidos a Estados militares que têm dado provas de que persiste, em suas instituições, a preponderância de práticas e ações pautadas na defesa, a qualquer custo e preço, dos seus interesses. Insinuar ou mesmo indicar ser viável que tais Estados diminuam seus dispêndios militares é um desafio colossal a que os autores dos relatórios estariam se propondo. Norbert Elias afirma em *A condição humana* (1991) que os Estados se organizam como Estados militares, ou seja, a partir de seu poderio e de suas forças militares. Certamente, os EUA estão organizados dessa maneira, mas quase todos os outros países também estão. Os equilíbrios e desequilíbrios de poderes entre os Estados são medidos pela força militar.

É razoável refletir, em vista das preocupações que constam nos RDHs, sobre as enormes dificuldades que as propostas contidas nos relatórios tendem a enfrentar. Quando se propõe aos diversos países (pobres ou ricos) a contenção das despesas militares, está-se dirigindo a líderes de Estados militares que têm na sua essência uma tradição armamentista. Somar a difícil luta pela redução dos gastos belicosos à outra luta, também extremamente difícil, a voltada para o desenvolvimento humano, é bastante desafiador. Por isso, tais lutas têm um significado extremamente relevante no mundo atual.

Fica registrado nos documentos do PNUD que, para direcionar o mundo rumo às melhorias na seguridade humana, tem-se de lutar com Estados que se organizam militarmente. Portanto, a tarefa é gigantesca e se resume na seguinte questão: Como implorar, para que diminuam seus gastos militares, aos Estados que se organizam militarmente, com instituições moldadas militarmente, com um modo de agir tradicionalmente sintonizado com as ideias e convicções de que os conflitos devem ser resolvidos pelas armas e pela violência?

As equipes produtoras dos RDHs tentam mostrar aos Estados mili-

tares, através de vários cálculos, a examinarem, detidamente, como direcionam uma parte expressiva de seus recursos para despesas militares. Sugerem que reorientem o orçamento público em favor de outras finalidades, o que quer dizer que eles podem construir outro caminho para a humanidade, o do desenvolvimento humano e o da segurança humana, que só existem se as pessoas não estiverem mergulhadas na pobreza, na miserabilidade, no analfabetismo, na violência e na injustiça¹⁶.

Com base no texto de Norbert Elias, escrito em 1985, por ocasião do quadragésimo aniversário do fim da Segunda Guerra Mundial, pode-se dizer que posicionamentos como esses que são visíveis no interior desses documentos tenderiam a ser cada vez mais frequentes nos anos e décadas seguintes pelo fato de que se teria chegado, no final do século XX, a um dilema que pode ser resumido da seguinte maneira: ou se criam outros caminhos para a humanidade ou pereceremos todos.

À luz dos escritos de Norbert Elias (1991; 1998; 2001) pode-se dizer que o intento que move os formuladores dos RDHs a falar de redução de gastos militares a Estados (pobres ou ricos) militares é uma tarefa da mais alta importância. O problema é que raramente isso daria algum resultado, porque a humanidade, ao longo da história, teria deixado evidente sua dificuldade em produzir mudanças através de aprendizados coletivos; suas mudanças ter-se-iam dado muito mais em razão de “amargas experiências” (Elias, 1991, p. 75).

Racionalmente, pelos dados levantados e cálculos efetuados, é de se imaginar que os autores dos RDHs estejam pressupondo que as

16. A noção de segurança humana, utilizada pela primeira vez no RDH de 1994, é distinta da noção de segurança nacional. Seu foco é a melhoria da vida humana de modo geral, o que só poderá ocorrer com a contenção continuada da violência, dos conflitos e das guerras. Ver sobre isso: (Ballesteros, 2014).

lideranças políticas e os governantes teriam razões suficientes para apostar, simultaneamente, na diminuição dos gastos militares e na expansão do desenvolvimento humano. O modo como as agências, fundos e programas das Nações Unidas tentam falar aos governantes, lideranças políticas, organizações da sociedade civil e instituições diversas está baseado, significativamente, na convicção de que há, no mundo atual, elementos mais do que suficientes para que se aposte em aprendizados coletivos tornados possíveis por força de amargas experiências. Os *Relatórios de Monitoramento Global das Metas Educação para Todos* da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação e a Cultura) englobam, também, esse tipo de entendimento e de empreendimento.

Os apelos para uma racionalidade orientadora das decisões estariam evidenciados no modo como tais documentos indicam saídas e soluções para os problemas sociais do presente. Os produtores dos RDHs comunicam fórmulas otimistas com narrativas que mostram a possibilidade de haver mudanças substantivas no que diz respeito à diminuição dos gastos militares e à aplicação de tais recursos, poupados, em políticas de desenvolvimento humano.

O modo de expor tais dificuldades não deixa dúvida de que existem dissimulações e ideologias concernentes a uma possível ocorrência, nas próximas décadas, de uma melhor reorientação desses recursos aplicados, hoje, mais em armas e guerras. É ideológico visto passar, em algumas ocasiões, uma visão idealizada sobre a possibilidade de que tais mudanças ocorram. É o, ainda, pelo fato dos diagnósticos e prescrições desviarem-se, continuamente, da seguinte questão: “[...] a maneira como está tradicionalmente organizada a maioria das sociedades estatais do mundo” (Elias, 1991, p. 74) impulsiona, indubitavelmente, a belicosidade e a militarização.

Deve-se destacar que os elaboradores dos RDHs não estão, por certo, sugerindo ações e procedimentos que quebrem a tradição militarista orientadora dos Estados modernos¹⁷. Os documentos do PNUD, em análise, contêm sugestões para a diminuição dos gastos militares, o que não significa, de modo algum, a quebra da tradição militarista e armamentista.

As equipes produtoras e encampadoras dos RDHs ocupam-se, essencialmente, das escolhas feitas pelos dirigentes dos Estados que, muitas vezes, optam, em meio a situações trágicas de pobreza, miserabilidade e abandono, por direcionar montantes enormes de recursos para áreas militares. No RDH de 2001, eles criticam o modo como muitos países acabam se decidindo a investir em tecnologias de guerra quando não há investimento algum em outras tecnologias, que poderiam favorecer o desenvolvimento humano nas áreas de saúde e educação. Assinale-se que o relatório de 2001 tem como objetivo central indicar de que maneira os avanços tecnológicos poderiam ser direcionados a pessoas e não a guerra.

“[...] às vezes o problema não é falta de fundos. Em 1999, os governos da África Subsaariana dedicaram sete mil milhões de dólares às despesas militares. Seria essa a escolha certa das prioridades, para um continente com necessidades tecnológicas tão urgentes noutras áreas” (PNUD/RDH, 2001, p. 101).

Ao usar-se a palavra escolha, nota-se que há o entendimento de que existe uma racionalidade orientadora das decisões dos dirigentes que reafirmam, continuamente, a imprescindibilidade da belicosidade e da militarização. Esse é o caminho escolhido, conforme aponta o documento, mas não é o único. Seria possível pegar outros rumos. Ou

17. As cidades-estados no mundo antigo e os Estados absolutistas anteriores às formas de Estado que tomaram corpo a partir do século XVIII também foram, essencialmente, militaristas.

melhor, escolher outros investimentos que favorecessem, de fato, a maioria da população.

Todavia, não se deve esquecer que há dois movimentos simultâneos no interior das narrativas formadoras dos relatórios. De um lado, é visível a preocupação com a diminuição dos gastos militares, da belicosidade, da corrida armamentista, mas, por outro, há, em alguns casos, a defesa de ações militares e belicosas. Isso é visível quando os formuladores dos RDHs de 2005 discutem, por exemplo, a situação do Congo e de Ruanda. Eles dizem que os acordos de paz não têm funcionado e que as forças de outros países continuam a operar além de suas fronteiras e isso levaria a problemas militares, econômicos e políticos de grande monta.

O que fazer nesse caso? A solução dada por eles era a militar, a beligerante, ao invés de insistirem no aprofundamento das tentativas de encontrar soluções não-violentas. Situam suas propostas no âmbito da tradição bélica, militar. Veja-se abaixo:

“As forças armadas de outros países ainda operam largamente na República Democrática do Congo, juntamente com grupos rebeldes. A região leste tornou-se uma base militar das Forças Democráticas para a Libertação da Ruanda (FDLR) – rebeldes hutus ligados ao genocídio de 1994. [...] Desarmar as FDLR, expulsar as forças armadas de Estados estrangeiros e pôr a exploração mineral sob controle efectivo do Estado são necessidades imediatas para criar verdadeira segurança” (PNUD/RDH, 2005, p. 157)

As prescrições de contenção das despesas militares nos relatórios a partir de 2006

Nos RDHs da segunda metade da primeira década de 2000 há uma preocupação em associar as noções de desenvolvimento humano e de

segurança humana – tal associação pode ser vista desde o relatório de 1994 que inaugura a aplicação da noção de segurança humana (Purza, 2009; Cravo, 2009) – como forma de contrapô-las a outras duas muito em voga na segunda metade do século XX: desenvolvimento econômico e segurança nacional. Os produtores dos relatórios procuram assinalar que os tempos são outros e que é preciso “[...] olhar mais além das estreitas percepções da segurança nacional, definida em termos de ameaças militares e da protecção de objectivos estratégicos de política externa, em direcção a uma visão de segurança enraizada na vida das pessoas” (RDH, 2006, p. 11).

Este é o ponto de partida das recomendações, postas nos relatórios, para a diminuição dos gastos militares. Ao ter como elemento central a premência de superar a obsessão por segurança nacional, as diversas equipes, que têm preparado os RDHs, lançam-se na defesa da conveniência de os países olharem para além de suas fronteiras e de suas metas de ampliação de suas potencialidades de aparelhamento bélico. Olhar para além de seus domínios territoriais significa que é necessário ajudar a criar fundos e recursos para o investimento nas políticas de desenvolvimento humano dos países extremamente pobres. Tais ajudas e cooperações devem ser acompanhadas de perto para que os que recebem tais montantes não os utilizem para o financiamento de guerras e conflitos, de modo geral.

Os argumentos passam a tecer uma teia de sugestões que vão se encaixando. Baseados no fato de que há uma interdependência econômica, social e política entre as diversas nações e povos do mundo, os relatórios supõem que há hoje, mais do que em outros momentos, uma forte ligação de interdependência¹⁸ entre as várias decisões que

18. Claude Lefort (2000, p. 4) faz uma reflexão sobre o modo como as Nações Unidas e os seus fundos, agências e programas constroem uma narrativa dirigindo-se aos diversos povos do mundo. Grosso modo, isso significa que “de uma parte,

são tomadas no âmbito de cada país¹⁹. Eles desejam trazer a público, para uma discussão mais ampliada, as razões pelas quais é tão difícil, aos diversos países, ricos e pobres, dar maior transparência aos altos investimentos em gastos militares.

As distorções dos orçamentos públicos são pesadas na balança que mostra o quanto perdem, de fato, as populações mais pobres, com o direcionamento de uma parte expressiva dos recursos para armas e guerras. No RDH de 2006, ocupado prioritariamente em demonstrar que é primordial ampliar, para as populações mais pobres, o acesso à água potável e ao saneamento, consta que “[...] muitos países, com elevadas taxas de mortalidade infantil causada por diarreia, despendem menos de 0,5% do PIB em água e saneamento, uma fração do valor que afectam os orçamentos militares” (PNUD/RDH, 2006, p. 37)²⁰.

Nessa mesma linha de raciocínio, as equipes que produziram o RDH de 2007/2008²¹ também comparavam os gastos com políticas protetoras do meio ambiente e os gastos militares. As ações para “...estabilizar as emissões de CO2 [Dioxido de Carbono] (RDH, 2007/2008, p. 68) não se encontram à altura do problema que tal composto químico tem gerado para o meio ambiente. E qual seria a dificuldade,

os indivíduos, considerados iguais [como] homens, qualquer que seja o Estado no qual vivam, dispõem dos mesmos direitos, direitos que são, portanto, universais. De outra parte, cada comunidade denominada ‘povo’ se vê reconhecida universalmente como igual às outras”.

19. Agnès Lejbowicz (1999) indaga sobre a possibilidade das Nações Unidas falarem simultaneamente aos Estados e aos povos, de modo geral? Quais seriam as implicações, do ponto de vista dos direitos, desse esforço de falar, ao mesmo tempo, para os seus signatários (os Estados) e para os diversos povos?

20. Esclarece-se que o *Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento* (IPAD) e o *Instituto Camões de Língua e Cooperação* fazem as traduções, para o português, dos RDHs que estão sendo trabalhados neste artigo. Por isso, nas citações, aparecem algumas diferenças entre o idioma empregado em Portugal e o em uso no Brasil.

21. Esse RDH englobou dois anos. Há um único documento para os anos de 2007 e 2008.

segundo os líderes e técnicos de diversos países, em tentar frear tais emissões? O custo disso. Os formuladores desse relatório afirmam que o custo da inércia seria altamente destrutivo para as populações mais pobres que são sempre as mais afetadas pelo desequilíbrio climático global originado da concentração de CO₂ na atmosfera²². Com qual outro gasto os elaboradores dos relatórios indicam que o custo de redução do CO₂ deveria ser comparado? E respondem: Com os gastos militares.

“A percentagem de 1,6 do PIB global para alcançar os 450 ppm de CO₂ representa menos de 2/3 das despesas militares globais. Nos países da OCDE, onde as despesas governamentais representam geralmente 30 a 50% do PIB, os objectivos de mitigação mais rigorosos dificilmente parecerão inoportáveis, especialmente quando os gastos noutras áreas – tais como no orçamento militar e nos subsídios para a agricultura – podem ser reduzidos” (PNUD/RDH, 2007/2008, p. 68)

Sempre voltados para a construção de argumentos fundados em cálculos compreensíveis para um público, o quanto possível maior, os elaboradores dos relatórios têm como objetivo falar não somente para técnicos e lideranças governamentais, mas também para os diversos segmentos organizados da sociedade civil. Tendo isso em vista, os elaboradores do relatório de 2007/2008 procuram demonstrar que, no caso de investimentos para evitar catástrofes ambientais e climáticas, “[...] os países desenvolvidos teriam de mobilizar cerca de 0,2% do PIB em 2015 – aproximadamente um décimo do que actualmente mobilizam em despesas militares” (PNUD/RDH, 2007/2008, p. 196).

Note-se que os gastos militares passam a ser um parâmetro de medida para outros gastos. A intenção dos elaboradores dos documentos

22. Santos Pacheco e Marcondes Helene (1990) são autoras de um texto esclarecedor sobre os efeitos do CO₂ na atmosfera.

era deixar evidenciado que as alegações de falta de verbas para combater problemas diversos (ambientais, climáticos, agrícolas), que afetam as chances de efetivação do desenvolvimento humano, não tinham qualquer fundamento se fossem confrontadas com o que os países vinham empregando em despesas armamentistas. Há reconhecimento de que existe, hoje, no mundo, uma demanda ingente de aplicação de recursos vultosos para a efetivação de políticas que levem ao desenvolvimento humano, mas tais somas devem ser comparadas com os montantes gastos para várias outras finalidades, tais como: armamentos, socorros a bancos, subsídios, etc.

“As verbas necessarias são claramente avultadas, ainda que incertas. Todavia, sao inferiores às despesas actuais com a defesa, às recentes ajudas ao sector financeiro e aos subsidios perversos, [o que indica] espaço de manobra para reavaliar prioridades. Em 2009, as despesas militares globais aproximaram-se dos 3% do PIB mundial, enquanto alguns países gastaram muito mais, incluindo os Estados Unidos (4,7% do PIB) e a Federacao Russa (4,3% do PIB)” (PNUD/RDH, 2011, p. 97).

“As ajudas na sequência da recente crise financeira ascenderam a quase 700 mil milhões de USD nos Estados Unidos, ao abrigo do Programa de Apoio aos Activos Toxicos, ao passo que os compromissos da UE [se aproximaram de] 1 bilhão de USD (cerca de 6% do PIB anual em ambos os casos). [...] O Usbequistao, por exemplo, gasta acima de dez vezes mais em subsídios ao consumo de combustiveis fosseis do que na saude (32% do PIB contra 2,5%), enquanto o Irão gasta 20% do PIB em subsidios ao consumo de combustiveis fosseis [...] [e] menos de 5% na educação” (PNUD/RDH, 2011, p. 97).

Pode-se perguntar: Qual é o impacto, efetivo, desse tipo de argumento que procura sempre comparar as várias despesas? Os produtores dos relatórios objetivam causar impactos políticos ao demonstrar que a alegação da falta de recursos para a expansão de políticas de

desenvolvimento humano é falaciosa. Em última instância, tentam assinalar que é necessário conter a corrida armamentista, mas não só.

No RDH de 2011 aparecem também outros gastos que consomem milhares de dólares e beneficiam grupos específicos, geralmente mais abastados, e não a população mais empobrecida. Pode-se perguntar o seguinte: É possível, nas condições atuais, conter tais gastos a fim de direcioná-los ao desenvolvimento humano? Norbert Elias (1991) diz que, na segunda metade do século XX, expandiu-se tanto a corrida armamentista que é de se indagar se é mesmo possível reverter tal processo.

Os que produzem e encomendam os RDHs parecem obstinados em demonstrar que é possível reverter esse quadro. Ser possível não significa ser provável, uma vez que toda decisão nesse sentido esbarra em muitos interesses políticos sedimentados. Na verdade, consta nos relatórios que a humanidade, no presente momento, não teria qualquer outra saída, senão a de potencializar o desenvolvimento e a segurança humanos.

De qual setor poderiam ser retirados recursos para se empregarem nas áreas de desenvolvimento humano? Do setor militar, por certo. Mas não somente dele. Pois há também que combater desperdícios e corrupções responsáveis pelo desvio de recursos que deveriam ser empregados em políticas de melhoramento social. Ainda que os autores dos RDHs não falem disso, convém destacar que o redimensionamento dos gastos e dos investimentos, para tornar possível expandir o desenvolvimento humano, exigiria, conforme assinala Norbert Elias (1991, p. 84) “instituições estatais mundiais”.

Todavia, a “hegemonia dos Estados Militares” (Elias, 1991, p. 85) não permitiria nem sequer o florescimento de instituições estatais, no modelo das Nações Unidas. Segundo Elias (1991, p. 85), as singu-

laridades e as diversidades nacionais criariam obstáculos enormes a qualquer tentativa de criação de organizações internacionais capazes de intrometer-se na forma de os países utilizarem seus recursos e orçamentos. No que tange às despesas militares, as coisas tendem a ser ainda mais complicadas.

Por essa razão, ao comparar os enormes montantes de verbas direcionados às despesas militares com os exíguos recursos encaminhados ao desenvolvimento humano, os elaboradores dos RDHs tocam em questões ultracomplexas, que envolvem muitas configurações (Estados, governos, organismos internacionais, entre outras) interdependentes. Mostra-se como muito penosa, nos anos vindouros, a tarefa de combater a miserabilidade e a pobreza multidimensional (de renda e de acessos à saúde, à educação, à moradia, aos direitos, à justiça).

Talvez, como diz Norbert Elias (1991), a humanidade ainda não esteja preparada para tamanho desafio. Há que haver um longo aprendizado para que seja possível compreender a importância de projetos de enorme valor social como este de diminuir os gastos militares e empregar os recursos economizados em políticas de melhoramento da vida social como um todo.

O RDH de 2010 traz uma discussão que torna possível verificar a complexidade das prescrições cujo objetivo é conectar desenvolvimento humano, segurança humana e diminuição das despesas militares. “A segurança humana²³ exige atenção a todos os riscos do desenvolvimento humano, não apenas a situações de conflito e pós-conflito e a Estados frágeis. Abrange a protecção contra ameaças crô-

23. “O novo paradigma da segurança humana desloca a unidade de análise dos territórios para as pessoas que neles vivem e analisa as diversas ameaças que podem minar-lhes a segurança, a dignidade e a subsistência. [...] Também toma em consideração as compensações entre investimentos na área militar e investimentos na sobrevivência, na subsistência e na dignidade das pessoas” (PNUD/RDH, 2010, p. 32).

nicas, como a fome, a doença e a repressão [...]” (PNUD/RDH, 2010, p. 32).

O conteúdo do relatório de 2010 se tornou um marco importante ao insistir que os altos padrões de desigualdades, e não só de pobreza, devem ser considerados impeditivos de avanços rumo ao desenvolvimento e à segurança humana, ele insiste na imprescindibilidade de que os Estados, governantes, lideranças políticas de modo geral, organismos internacionais e sociedade civil façam um balanço mais adequado dos resultados dos investimentos em políticas que garantam avanços rumo à segurança humana.

Isso pode ser feito comparando-se o que se investe nessas últimas e o que se investe em gastos militares. Para a humanidade, como um todo, parece óbvio que o investimento em educação, saúde, saneamento, água potável e moradia, além de consumir cifras muito menores que aquelas consumidas em despesas militares, resultaria em algo que, no longo prazo, beneficiaria a todos os povos das diversas regiões do planeta.

Por essa linha de raciocínio, os argumentos em favor da subtração das despesas militares e do aumento dos gastos na área social potencializadora do desenvolvimento humano caminham no sentido de reiterar o que já havia sido fartamente discutido no RDH de 2000: o combate à pobreza e a todas as formas de privação extrema era uma maneira de expandir a garantia dos direitos humanos e a “proteção da vida das pessoas” (PNUD/RDH, 2010, p. 32). Por isso, em todos os RDHs, a partir de 2000, ficava mais evidente, “que a comunidade dos direitos humanos se envolve[ria] com maior eficácia no desenvolvimento” (PNUD/RDH, 2010, p. 32-3).

Exigir a expansão da cobertura dos direitos humanos era, então, exigir que a pobreza, a violência, a guerra e a corrida armamentista

fossem combatidas com afincos cada vez maior²⁴ (PNUD/RDH, 2000). No RDH de 2013 (p. 23) consta que não basta melhorar o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) mantendo e/ou expandindo as “desigualdades de rendimento, os padrões insustentáveis de consumo, [as] despesas militares elevadas e uma fraca coesão social²⁵”.

Ao analisar a expansão da corrida armamentista na segunda metade do século XX, Norbert Elias (1991) enfatizava a importância da defesa dos direitos humanos como uma forma de fortalecer a consciência humana e combater a apatia em relação aos povos que vivem mergulhados em toda forma de sofrimento.

Em muitas passagens dos textos que compõem a sua coletânea *A condição humana* fica evidente que a corrida armamentista, a guerra e o ódio pelo outro tanto produzem processos de extermínio em massa quanto criam, pelo conflito, pela violência e pela miserabilidade, uma consciência desumanizadora e destituidora de qualquer simpatia, qualquer compaixão pelas pessoas que vivem em determinados países e regiões, pertencentes a alguns grupos étnicos raciais e/ou que possuem certos hábitos e cultura.

A defesa dos direitos humanos está assentada justamente na expansão da empatia por pessoas que não pertencem a um mesmo grupo social, econômico, étnico, racial, religioso e cultural e, principalmente,

24. Tais processos seriam já possíveis, uma vez que “as convenções e os protocolos internacionais, bem como as codificações associadas nas legislações nacionais, [que] deram um estatuto legal às pretensões normativas” (PNUD/RDH, 2010, p. 32), já davam subsídios para isso. No entanto, entre as pretensões normativas e a efetivação de tais direitos, existe ainda uma longa distância.

25. Os formuladores do RDH de 2013, mais do que os elaboradores dos RDHs anteriores, parecem colocar a falta de coesão social no centro de suas preocupações, o que deve ser lido à luz do contexto sociopolítico prevaiente no chamado eixo sul. As explosões das manifestações que ficaram conhecidas como Primavera Árabe em 2011 e a eclosão dos conflitos, da violência, das migrações e das guerras que expulsaram milhares e milhares de pessoas para a condição de refugiados foram retratadas, no RDH de 2013, como consequência da falta de coesão social.

por aqueles indivíduos que não têm qualquer poder (Elias, 1994b). A defesa dos direitos humanos tem de alcançar, segundo ele, justamente estes últimos.

Os RDHs tocam, de modo muito particular, em algumas dessas questões na edição de 2013, cuja preocupação central era exaltar certas melhorias que haviam ganhado corpo no Hemisfério Sul, no limiar do século XXI. Esse documento é um dos que se fixou mais detidamente na seguinte indagação: Por que os Estados, os governantes, os líderes políticos investem em algumas prioridades e passam ao largo de outras? De certa forma, fica subentendido que o potencial de poder de determinados agrupamentos é definidor das prioridades definidas pelos Estados e governos.

No entanto, por ser esta uma questão – das diferenças de poder entre os grupos humanos (Elias, 1994b) – extremamente espinhosa, visto remeter ao núcleo central do debate sobre desigualdades, os formuladores dos RDHs esbarram a todo momento nela, mas não há um real enfrentamento de suas consequências no mundo atual, uma vez que demonstrando que os países podem mudar suas prioridades orçamentárias, mas não o fazem, em muitos casos. Os caminhos para a redefinição de prioridades seriam facilmente detectáveis, segundo eles.

Todavia, tais caminhos não são, de fato, escolhidos. Acompanhando-se o conjunto de narrativas elaborado fica-se com a impressão de que os governantes e os Estados simplesmente descartam a escolha das prioridades sociais. Sabe-se que a razão de tais escolhas é a diferença entre os que têm poder e os que não o têm, entre os grupos que tomam as decisões e os que são afetados por elas. As decisões sobre o que é mais e o que é menos prioritário assentam-se em relações de poder.

Há algo de fundo que vem à tona, ainda que não seja esse o objetivo dos documentos: a dificuldade de mudança das prioridades orçamentárias tem a ver com o *quantum* de poder possuem, no âmbito nacional, os que serão contemplados pela destinação dos recursos. Este não é o núcleo dos argumentos postos nos RDHs pelos que se incumbem de elencar as prioridades contempladas e não se sabe até que ponto estas possuem, ou não, potencial favorável ao desenvolvimento humano. As relações de poder e suas complexidades são pouco exploradas nos relatórios.

“Em todo o mundo, as despesas militares ultrapassaram 1,4 bilhão de dólares em 2010, mais do que [a soma do PIB] dos 50 países mais pobres do mundo. Mesmo nas situações em que a consolidação orçamentária é necessária, não é forçoso que [ela] exija cortes nos serviços sociais. A consolidação efetuada através de uma maior eficiência e da redução de subsídios aos combustíveis fósseis, por exemplo, poderia permitir deixar praticamente intocadas as despesas sociais” (PNUD/RDH, 2013, p. 22).

Fica claro que aqueles que prescrevem, no RDH de 2013, a revisão das distorções orçamentárias não enfrentam os desequilíbrios de poder que, nos processos de escolha, definem algumas prioridades favoráveis a determinados grupos e políticas. No trecho acima é visível que eles tentam conciliar as condições existentes com algumas melhorias. Não se trata, exatamente, de uma mudança de rumo das orientações de prioridades, busca-se apenas ajeitar as coisas de modo a contemplar também os gastos sociais. É isso que deixam evidente os formuladores dos relatórios quando lidam com a questão dos subsídios aos combustíveis fósseis no trecho acima mencionado.

No entanto, parece haver um enfoque diferente quando se trata das despesas militares. A orientação relacionada a essa questão aparece, nos RDHs, como, indubitavelmente, equivocada, uma vez que

ainda se vê a segurança como algo dependente da força militar. Haveria, assim, um erro de concepção e de percepção destoante do momento atual. “É preciso que as perspectivas sobre a segurança abandonem uma ênfase errônea colocada na força militar em benefício de um conceito equilibrado centrado nas pessoas” (PNUD/RDH, 2013, p. 40).

Ao dizer que é necessário abandonar uma perspectiva de segurança nacional e territorial assentada na militarização, na belicosidade, na violência e na guerra, e construir outro quadro mental e intelectual em que as pessoas estejam no centro do que se entende por segurança, estariam os autores e encampadores dos RDHs indicando que “a segurança de um Estado já não é alcançável, na situação atual, pelos meios da escalada armamentista, ou mesmo da guerra”? (Elias, 1991, p. 100).

O Relatório de 2013 e também os demais deixam isso, praticamente, explícito, em alguns momentos. Todavia, há em suas narrativas formas de contornar essa própria constatação, porquanto se sabe que derivam dela problemas difíceis de resolver, já que os Estados nacionais, ricos ou pobres, se organizam como Estados militares. Norbert Elias diz que o desafio que se coloca para a humanidade, neste momento, é gigantesco, justamente porque o problema da segurança não pode mais ser alcançável por meios bélicos. Portanto, apostar muitas fichas nas despesas militares, em detrimento de outras despesas voltadas para o desenvolvimento humano e a segurança humana, parece um despropósito. Na verdade, é isso que os RDHs da 1^o e 2^o décadas do III milênio estão registrando.

Como um documento encomendado e encampado por um programa das Nações Unidas, os elaboradores dos RDHs, no que diz respeito à defesa da diminuição dos gastos militares, estão acenando para o se-

guinte desafio: “Os povos da terra encontram-se, hoje, perante a tarefa alternativa de contribuir gradualmente para a renúncia às instituições bélicas tradicionais, ou mediante a sua autorrestricção voluntária ou e, eventualmente, também pela subordinação voluntária à arbitragem da humanidade” (Elias, 1991, p. 100). Em *A condição humana*, Elias afirma:

“Talvez a massa dos homens e, em particular as camadas dirigentes dos Estados, possam evoluir muito gradualmente até esse nível civilizacional. Todavia, em face à dura hostilidade, à aversão tenaz e selvática, ao desrespeito infundado, que determinam hoje com bastante frequência, aberta ou encapotadamente²⁶, a conduta de membros de Estados diferentes nas relações entre si, a tarefa de uma pacificação da humanidade [...] assente em decisões voluntárias, começa por afigurar-se insolúvel” (Elias, 1991, p. 100).

A diminuição das despesas militares e a aplicação dos recursos economizados em políticas de desenvolvimento humano aparecem, nos RDHs, como algo que tem de ser acordado entre as diversas forças sociais. Tais acordos ao mesmo tempo que estariam assentados em decisões voluntárias, deveriam ser, arduamente, construídos por processos de decisões capazes de envolver os Estados, os governantes, os organismos internacionais, a sociedade civil, entre outros. E por que, para Elias, essa tarefa é inexequível no momento atual? Pelos desequilíbrios de poder que inviabilizam ações de tamanha monta. Questão pouco enfrentada no interior dos relatórios, conforme já foi dito.

Norbert Elias (1991, p. 101) faz uma consideração, que pode nos ajudar a ler as sugestões postas nos RDHs para a diminuição das despesas militares, a de que tal contenção pressuporia um aumento da

26. A palavra encapotadamente é aqui empregada no sentido de subrepticamente.

confiança entre os Estados. Isso seria algo factível mais à frente, mas, naquele momento, a desconfiança imperava de modo absoluto, daí a dificuldade de fazer avançar acordos internacionais que conseguissem restringer, mais e mais, os enfrentamentos fundados em ameaças belicosas. Os elaboradores dos relatórios estão a propor, no plano objetivo, acordos e, no plano subjetivo, a geração de uma disposição para um agir não-violento. Tarefa das mais difíceis e desafiadoras no mundo hoje.

“Os conflitos Pós-Guerra Fria fizeram mais de 5 milhões de vítimas, 95% delas civis. Na Ásia do Sul, por exemplo, os nove países experimentaram, todos eles, conflitos internos nas duas últimas décadas, e o número de vítimas resultante ultrapassou o dos conflitos interestatais. Além disso, desde 2001, o número de conflitos é maior nas regiões mais pobres desses países do que noutros lugares” (PNUD/RDH, 2010, p. 41).

Conquanto os conflitos se tenham concentrado nos países pobres, as despesas militares mundiais estão sendo altíssimas, é o que dizem os autores do relatórios da década de 2010, em todas as regiões do mundo. E, de acordo com levantamento de dados em 104 nações, verifica-se que houve aumento das despesas militares nos países com alto, médio e baixo IDH (Índice de Desenvolvimento Humano).

Os Estados que têm mais recursos têm maiores despesas militares, todavia, proporcionalmente, tais gastos têm aumentado, enormemente, nos países de índice de desenvolvimento humano médio e baixo. “Em 2010, as despesas militares mundiais relativas aos 104 países, [a respeito dos] quais existem dados disponíveis, foi superior a 1,4 bilhão de dólares americanos, ou seja, 2,6% do PIB mundial²⁷.

27. As despesas militares são, geralmente, calculadas em relação ao PIB (Produto Interno Bruto). “As despesas militares [são calculadas] em percentagem do PIB” (PNUD/RDH, 2013, p. 41).

A maioria das despesas foi contraída por países com IDH muito elevado” (PNUD/RDH, 2013, p. 41). Os elaboradores do RDH de 2013 acrescentam:

“Contudo, à medida que as economias de outros países cresceram, especialmente nos países com IDH médio, as suas despesas militares foram aumentando. Entre 1990 e 2010, as despesas militares mais do que triplicaram nos países com IDH médio, aumentando quase 50% em países com IDH baixo e 22% em países com IDH muito elevado, e diminuindo praticamente 47% em países de IDH elevado²⁸” (PNUD/RDH, 2013, p. 41-2).

Esse documento de 2013 tem um significado fundamental no debate sobre o controle dos gastos militares por levar mais longe, do que os demais, as discussões sobre as formas possíveis de economizar recursos que são gastos na área militar. Os produtores desse RDH chegam a destacar a importância, para o desenvolvimento humano, dos países que não possuem Forças Armadas²⁹. Eles dizem:

“A Costa Rica, por exemplo, não tem exército desde 1948. Não possui despesas militares e, dessa forma, conseguiu canalizar mais recursos para os programas e investimentos sociais. Em 2009, investiu 6,3% do PIB na educação e 7% na saúde. Essas escolhas contribuíram para o seu progresso no IDH, passando de 0,621 em 1980 para 0,773 em 2012” (PNUD/RDH, 2013, p. 42).

Pode-se indagar se os produtores do RDH de 2013 não estariam sugerindo a diversos países e regiões que deixassem de ter suas próprias Forças Armadas. Mas, quais seriam tais países? Por certo, não seriam os Estados militares mais poderosos como os Estados Unidos,

28. Observe-se que o relatório faz distinção entre países com IDH elevado e países com IDH muito elevado.

29. “Hoje, cerca de 20 países não têm forças armadas, ou apenas dispõem de forças armadas exíguas. Tendem a ser países de territórios pequenos, e muitos deles dependem de forças externas para a segurança nacional” (PNUD/RDH, 2013, p. 42).

a Rússia, a França, a Inglaterra entre outros. Provavelmente, esse tipo de sugestão seria dirigido a países de baixo IDH porque seriam eles, segundo indicam os relatórios, os que mais necessitariam de economizar recursos empregados na área militar para aplicar nas políticas de desenvolvimento humano.

No que concerne a tal situação, os formuladores do documento de 2013 reiteram ter ciência de que “nem todos os países possuem condições prévias propícias para concluir a desmilitarização, mas a maioria tem margem de manobra para proceder a um abrandamento substancial das suas despesas militares” (PNUD/RDH, 2013, p. 42).

Note-se que a sugestão seria para um abrandamento, tido como possível, da aplicação de recursos nas áreas militares. Se isso, já parece ser difícil de realizar – basta ver os dados trazidos pela SIPRI (Instituto Internacional de Estudos para a Paz – Suécia) onde se constata que, no ano de 2014, os gastos militares no mundo tiveram uma diminuição de somente 0,4% – imagine-se o quão difícil seria o mundo caminhar para um processo contínuo e duradouro de desmilitarização.

Considerações Finais

Ao tentar mostrar o que os povos do mundo perdem com as políticas que mantêm distorções enormes nos orçamentos públicos, já que direcionam mais recursos para aparatos bélicos do que para o desenvolvimento humano, os formuladores dos RDHs demonstram que, de modo racional, calculadamente pensado, no que diz respeito a perdas e ganhos, não seria difícil trabalhar com metas para cuja consecução os Estados e governos distribuíssem os recursos dos investimentos em prol das políticas de desenvolvimento humano. Considere-se que os

produtores (equipes de técnicos, intelectuais e especialistas em várias áreas do desenvolvimento) e os encampadores (PNUD) dos relatórios partem da premissa de que os países ricos devem contribuir para a viabilização do desenvolvimento humano nos países com menos recursos econômicos.

Os formuladores e divulgadores dos RDHs produzem um conjunto farto de argumentos e de narrativas que insistem no seguinte: todos os povos, pobres e ricos, seriam beneficiados com novos redimensionamentos das despesas públicas, nas quais houvesse um montante cada vez maior para as políticas de desenvolvimento humano e um montante, paulatinamente, menor para os gastos militares. Não se deve esquecer que os RDHs podem ser lidos como portadores de uma série de indicações de que hoje se

“atingiu um período em que os homens, pela primeira vez, se encontram perante a tarefa de se organizarem globalmente, ou seja, como humanidade. [...] A tarefa de desenvolver uma ordem de vida em comum que abranja toda a humanidade coloca-se hoje, efetivamente, aos homens, quer se tenha consciência dessa tarefa quer não. Ninguém pode prever quanto tempo a humanidade precisará para realizar essa tarefa” (Elias, 1991, p. 67).

As recomendações de redimensionamento dos gastos militares aos diversos países do mundo, não somente aos ricos, mas também aos pobres, podem parecer sugestões fantasiosas, dadas as dificuldades atuais de frear, de maneira substantiva, tais despesas; todavia, não é nesse sentido que estão sendo feitas as análises dos diagnósticos e dos prognósticos contidos nos relatórios.

Parte-se do pressuposto de que é visível, nesses documentos, um empenho em construir um *cópus* de recomendações para que os Estados, as sociedades civis organizadas, os governantes, as lideranças políticas, de modo geral, se empenhem em pautar políticas que levem

em conta as condições de insegurança humana total em que vivem muitos povos do mundo. Daí ser indispensável que haja um direcionamento crescente de recursos ao desenvolvimento humano, o que somente pode ser feito corrigindo-se as distorções orçamentárias que canalizam quantidades enormes de recursos para os gastos com armas e guerras.

As sugestões, feitas nos RDHs, para que se diminuam as despesas militares, apostam na possibilidade de os Estados nacionais reverem, de modo racional, suas decisões referentes aos gastos públicos prejudiciais ao desenvolvimento humano. No entanto, observa-se que os seus elaboradores têm uma enorme dificuldade para enfrentar as irracionalidades (não só de governantes, mas de grupos populacionais inteiros) justificadoras de corridas armamentistas e belicosas assentadas em medos (de que outros povos possam destruir sua vida, suas expectativas de estabilidade econômica e de emprego), sonhos (de grandeza, de soberba e de superioridade) e fantasias coletivas acerca da conveniência de aniquilar todas as ameaças.

Norbert Elias (1991, p. 102) afirma que é impossível pensar em mudanças substanciais nos processos de militarização, sem “criar uma confederação pacífica dos Estados [no âmbito] mundial, assente na união voluntária destes e que possua órgãos eficientes para a resolução de conflitos entre Estados e para a penalização daqueles que desrespeitem a paz. Ela é a alternativa à corrida aos armamentos [...]”.

Tal solução parece muito distante quando se examinam os diagnósticos e prescrições dos RDHs, uma vez que mesmo o abrandamento da militarização é algo pouco provável na atual conjuntura mundial. Os diagnósticos e prescrições contidos nos RDHs, referentes à diminuição da belicosidade, já indicam o quão distante se está da criação e da sobrevivência de uma confederação pacífica de Estados, a qual pode-

ria atuar não só para a contenção das despesas militares, mas também para a expansão das políticas de segurança humana.

Não se deve esquecer que um dos complicadores significativos nas discussões sobre desmilitarização e contenção das despesas militares é a falta de dados, de informações seguras e de transparência na utilização dos recursos públicos e privados. Muitos partícipes nos diversos conflitos belicosos são atores não-estatais. Não se sabe, ao certo, quanto é gasto com eles. “Os dados relativos às despesas militares referem-se exclusivamente às despesas estatais, deixando de fora as despesas dos atores não-estatais” (PNUD/RDH, 2013, p. 132).

E, por último, deve-se destacar que, segundo o RDH de 2014 (p. 52), nem a militarização nem os altos gastos armamentistas proporcionam segurança alguma, já que “potencializa[m], e não diminuem, a vulnerabilidade que há no mundo”, hoje. Pode-se perguntar: Em que a militarização, a belicosidade e os aparatos bélicos ajudam para a diminuição da pobreza e das desigualdades? Em nada. Pelo contrário, fazem-nas aumentar na medida em que recursos que poderiam ser investidos em serviços sociais básicos são empregados em gastos militares. De uma forma ou de outra esse raciocínio desenvolvem-no os muitos RDHs aqui analisados.

O IDHAC (Informe sobre Desarrollo Humano para América Central) é parte de um conjunto de Relatórios Regionais para a América Latina. Nele é discutido um Marco Regional denominado *Consenso de Costa Rica (2008)*, enfatizado, nesse relatório regional, por propor a valorização das ações daqueles países que conseguissem reduzir os gastos militares e empregar os recursos economizados em políticas públicas e sociais. Seria muito proveitosa, para este tema da diminuição das despesas militares, uma discussão – não-possível no âmbito deste artigo – sobre como os relatórios regionais (América Latina, Europa,

Ásia, África)³⁰ do desenvolvimento humano têm tratado essa questão.

Referências

AZZELLINI, Dario. América Latina y la privatización de la guerra. *Cuaderno de Marte: Revista Latino Americana de Sociología de la Guerra*, Buenos Aires, n. 4, p. 247-262, jul. 2012. Disponível em: www.iigg.sociales.uba.ar Acesso em: 24/02/2016.

BALLESTEROS, Jesús. Segurança humana, direitos e políticas públicas. *Direito & Justiça*. Porto Alegre, v. 40, n. 1, p. 30-38, jun. 2014.

BALTAZAR, Maria da Saudade. "O Estado das relações civis-militares em democracia. *Anais do IV Congresso português de sociologia*. Coimbra, 17 a 19 de abril de 2000. Disponível em: www.aps.pt. Acesso em 12/02/2016.

BRUSTOLIN, Vitelio M. *Abrindo a caixa preta: o desafio da transparência dos gastos militares no Brasil*. Rio de Janeiro, Dissertação de mestrado defendida na UFRJ/IE/PPED, 2009. Disponível em: www.ie.ufrj.br. Acesso em 20/02/2016.

CARILHO, Maria. Principais tendências na Sociologia Militar. 2007. Disponível em comum.rcaap.pt. Acesso em 16/02/2016.

CELLARD, André. A análise documental in Poupart, J et al (orgs) *A pesquisa qualitativa*. Petrópolis: Vozes, 2012. P. 295-316.

CRAVO, Teresa de A. O conceito de segurança humana: indícios de uma mudança paradigmática? In Nasser, R. M. (org.) *Os conflitos internacionais em múltiplas dimensões*. São Paulo: Unesp, 2009. P. 67-88.

CONSENSO de Costa Rica (2008): Perspectiva costarricense hacia el consenso de Costa Rica: desarrollo como un imperativo ético. Diálogo Regional sobre vFinanciamento al desarrollo y deuda externa en vísperas de la reunión de alto nivel de la ONU encargada de examinar la aplicación del consenso de Monterrey. Doha, 2008. Disponível em: www.sela.org. Acesso em 24/08/2016.

30. Além dos relatórios globais do desenvolvimento humano, há também os relatórios regionais e os por países. Todos são encomendados e encampados pelo PNUD/ONU.

DAGNINO, Renato (2008). Em que a Economia de Defesa pode ajudar nas decisões sobre a revitalização da Indústria de Defesa brasileira? *Okos*, Rio de Janeiro, n. 09, p. 113-137.

DAGNINO, Renato e CAMPOS FILHO, Luiz A. N. Análise sobre a revitalização da Indústria de defesa brasileira. *Anais do Encontro de Administração Pública e governança*. ANPAD, 2006, p. 1-6.

DEVIN, Guillaume. *Sociologia das relações internacionais*. Salvador: UFBA, 2009.

DECLARAÇÃO DO MILÊNIO (2000). Assembleia Geral das Nações Unidas. ONU. Disponível em: <http://direitoshumanos.gddc.pt>. Acesso em 07/05/2016.

ELIAS, Norbert. A condição humana: considerações sobre a evolução da humanidade por ocasião do quadragésimo aniversário do fim de uma guerra. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.

ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1994.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: Formação do Estado e civilização*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994^a.

ELIAS, Norbert. *Conocimiento y poder*. Madrid: La Piqueta, 1994b.

ELIAS, Norbert. Modelos de Jogo. In *Introdução à Sociologia*. Lisboa: Edições 70, 1999. p. 77-112.

ELIAS, Norbert. *Envolvimento e alienação*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

ELIAS, Norbert. *Norbert Elias por ele mesmo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

FUKUDA-PARR, Sakiko. Operacionalizando as ideias de Amartya Sen sobre capacidades, 2002. Disponível em: www.soo.sdr.sc.gov.br. Acesso em 11 dez 2015.

FURTADO, Celso. A reconstrução do Brasil. *Praga: estudos marxistas*. São Paulo, Hucitec, n. 8, p. 9-13, ago. 1999.

FURTADO, Celso. *Em busca de novo modelo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

- GIDDENS, Anthony. A questão da desigualdade. In. *O debate global sobre a terceira via*. São Paulo: Unesp, 2007. P. 253-268.
- GLEISER, Marcelo. Ainda podemos nos autodestruir: Risco de holocausto nuclear continua a assombrar o mundo. *Folha de S. Paulo*, 14 de ago. 2016. Caderno Ilustríssima, p. 3.
- GUZZI, André. Forças armadas em Moçambique: identidade quase étnica em uma instituição dominada pela FRELIMO? MATHIAS, Suzeley K. e ZIRKER, Daniel (orgs.). *Militares e democracia: estudos sobre a identidade militar*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016
- HERRERA, Rémy. O renascimento neoliberal da economia do desenvolvimento. *O Diário.Info*. 06 nov. 2006. Caderno Atualidade, p. 1. Disponível em: www.galizacig.gal. Acessado em 05 jul. 2016.
- LEFORT, Claude. O direito internacional, os direitos do homem e a ação política. *Tempo Social*, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 1-10, maio 2000.
- LEJBOWICZ, Agnés. *Philosophie Du droit international*. Paris: PUF, 1999.
- LINS, Daniel e Wacquant, Loic (orgs.) *Repensar os Estados Unidos: Por uma sociologia do superpoder*. São Paulo: Papirus, 2003.
- MAY, Tim. *Pesquisa social*. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- MEDINA, Estebán. La polémica internalismo/externalismo en la historia y la sociología de la ciência. *REIS*, Madrid, v. 23, n. 83, p. 53-75, 1982.
- MELUCCI, Alberto. *Por uma Sociologia reflexiva*. Petrópolis: Vozes, 2005.
- MILLS, Wright. A ascendência militar. In *A elite do poder*. Rio de Janeiro, Zahar, 1981. P. 237- 288.
- NUSSBAUM, Martha C; SEN, Amartya (ors). *The quality of life*. Oxford: Clarendon Press, 1993.
- PNUD/IDHAC – Informe sobre Desarrollo Humano para América Central (2009/2010): Abrir espacios para la seguridad ciudadana y el desarrollo humano. PNUD/ONU, 2009/2010. Disponível em: www.latinamerica.undp.org. Acessado em: 08/08/2016.
- PNUD/RDH (1991): *Relatório do Desenvolvimento Humano: Financiamento do Desenvolvimento Humano*. PNUD/ONU. 1991. Disponível em: hdr.undp.org. Acessado em 02/02/2016.

PNUD/RDH (1994): Relatório do Desenvolvimento Humano: Um programa para a cúpula mundial sobre desenvolvimento humano. Disponível em: hdr.undp.org. Acessado em 20/01/2016.

PNUD/RDH (2000) – Relatório do Desenvolvimento Humano 2000: Direitos Humanos e Desenvolvimento Humano. Disponível em: www.pnud.org. Acessado em: 11/08/2016.

PNUD/RDH (2001): Fazendo as novas tecnologias trabalharem para o desenvolvimento humano. Disponível em: www.pnud.org. Acessado em 02/06/2016.

PNUD/RDH (2002): *Relatório de Desenvolvimento Humano/2002*: Aprofundar a democracia num mundo fragmentado. PNUD/ONU. Disponível em: www.pnud.org. Acessado em 02/07/16

PNUD/RDH (2005): Cooperação internacional numa encruzilhada. PNUD/ONU, 2005. Disponível em: www.pnud.org. Acessado em: 08/07/2016.

PNUD/RDH (2006): Além da escassez: poder, pobreza e a crise mundial da água. PNUD/ONU. 2006. Disponível em: www.pnud.org. Acessado em: 27/02/2016.

PNUD/RDH (2007/2008). Relatório de Desenvolvimento Humano 2007/2008: Combater a mudança do clima: solidariedade frente a um mundo dividido. Disponível em: www.pnud.org. Acessado em: 11/11/2016.

PNUD/RDH (2010): Relatório de Desenvolvimento Humano: A verdadeira riqueza das nações: caminhos para o desenvolvimento humano. PNUD/ONU. 2010. Disponível em: www.pnud.org. Acessado em: 11/06/2016

PNUD/RDH (2011). Relatório de Desenvolvimento Humano: Sustentabilidade e equidade: um futuro melhor para todos. PNUD/ONU. 2011. Disponível em: www.pnud.org. Acessado em: 11/07/2016.

PNUD/RDH (2013): A ascensão do sul: progresso humano num mundo diversificado. PNUD/ONU. 2013. Disponível em: www.pnud.org.br. Acessado em: 20/08/2016.

PNUD/RDH (2014): Sustentar o progresso humano – reduzir as vulnerabilidades e reforçar a resiliência. PNUD/ONU. 2014. Disponível em: www.pnud.org.br. Acessado em: 24/08/2016.

PONTES, Heloísa. *Círculos de intelectuais e experiência social*. 1996. Disponível em: www.anpocs.org.br. Acesso em 06 jan. 2018.

PUREZA, José Manoel. Segurança humana: vinho novo em odores velhos? In Nasser, Reginaldo M. (org.) *Os conflitos internacionais em múltiplas dimensões*. São Paulo: Unesp, 2009. P. 21-33

SANTIBÁÑEZ, Cristián. Teoria da argumentación como epistemologia aplicada. *Cinta de Moebio*, Santiago (Chile), n. 43, p. 1-6, marzo 2012.

SANTOS PACHECO, Maria Raquel P. e Marcondes Helene, Maria Elisa. Atmosfera, fluxos de carbono e fertilização por CO₂. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 4, n. 9, p. 202-219, jun. 1990.

SCOTT, John. *A matter of Record: documentary sources in social research*. Cambridge: Polity, 1990.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Cia das Letras, 2010.

SEN, Amartya. *El valor de la democracia*. Madrid: El Viejo Topo, 2006.

SEN, Amartya. A ideia de justiça. São Paulo: Cia das Letras, 2011.

SIPRI YEARBOOK (2015). Military Expenditure. Disponível em: www.sipri.org. Acessado em 05 ago. 2016.

SOARES, Samuel A. e MATHIAS, Suzeley K. Forças armadas, orçamento e autonomia militar. *Perspectiva*, São Paulo, n^os 24 e 25, p. 85-113, 2002.

SWEEZY, Paul & BARAN, Paul. *Monopoly capital – an essay on the american economic and social order*. New York: Monthly Rewiew Press, 1966.

SWEEZY, Paul. Comments on Szymanski's paper "Military spending and economic stagnation". *American Journal of Sociology*, n. 79, p. 109-110, nov. 1973.

SZYMANSKI, Albert. Military spending and economic stagnation. *American Journal of Sociology*, n. 79, p. 1-14, july, 1973.

THERBORN, Goran. Globalização e desigualdades: questões de conceituação e esclarecimentos. *Sociologias*, Porto Alegre, vi, n. 6, p. 122-169, dez. 2001.

UL HAQ, Mahbub. *Reflections on Human Development*. Nova York: Oxford University Press, 1995.

Resumo:

Nos 20 Relatórios do Desenvolvimento Humano (RDHs) já publicados, há centenas de diagnósticos e prescrições. São muitas as tentativas de indicar caminhos para a implantação e expansão de ações e de procedimentos nas áreas que envolvem a educação, a saúde, o meio ambiente, o saneamento, a moradia adequada, entre outras. Por meio de uma pesquisa documental, busca-se compreender o significado social e político da defesa que os autores e encampadores desses materiais, editados a partir de 2006, conferem às escolhas e às decisões racionalmente voltadas tanto para a redução dos gastos militares quanto para a sua utilização na implantação do desenvolvimento humano. A partir de uma perspectiva teórico-metodológica que pressupõe a necessidade de fazer uma contextualização histórica das narrativas e dos argumentos em favor da diminuição dos gastos militares, verifica-se que os relatórios, ainda que não tenham elementos para uma crítica substantiva à tradição militarizada que sustenta os Estados nacionais, sugerem que se diminuam os exorbitantes recursos destinados aos setores militares, uma vez que há falta crônica de verbas naquelas áreas que poderiam levar ao cumprimento dos pactos mundiais em favor do desenvolvimento humano.

Palavras-chave: Despesas militares; desenvolvimento humano; Estados; Nações Unidas.

Abstract:

In 20 Human Development Reports (HDRs) already published there are hundreds of diagnoses and prescriptions. There are many attempts to indicate ways for the implementation and expansion of actions and procedures in areas involving education, health, environment, sanitation, adequate housing, among others. Through documentary research, we seek to understand the social and political significance of the defense, on the part of the authors and those who took over these materials edited from 2006, of choices and decisions rationally oriented both to reduce military spending and to use such saved funds in the implementation of human development. From a theoretical and methodological perspective that assumes the need to make a historical context of narratives and arguments for the reduction of military expenditure, it appears that the reports, although they do not have elements for a substantive critique of militarized tradition that supports the nation states, suggest a decrease in the resources addressed to military sectors, since there is a chronic lack of funds in those areas that could lead to the implementation of the global agreements in favor of human development.

Keywords: Military expenditure; human development; States; United Nations.

Recebido para publicação em 18/07/2017.

Aceito em 13/06/2019.